



## DISCURSO ANTIMILITARISTA DE RUI BARBOSA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1910: UMA ANÁLISE NO CAMPO DA HISTÓRIA DAS IDÉIAS

**Ana Lúcia Vieira**

Bacharel em História pela Universidade Gama Filho

[ANALU.VIEIRA@HOTMAIL.COM](mailto:ANALU.VIEIRA@HOTMAIL.COM)

### 1. Introdução

A finalidade deste ensaio é aprofundar estudos já realizados sobre a postura antimilitarista de Rui Barbosa no contexto da campanha presidencial de 1910.

Embora outras questões tenham sido levantadas por Rui nos discursos parlamentares, a campanha presidencial ficou conhecida e foi denominada "campanha civilista" pela ênfase atribuída pelo próprio Rui à necessidade de uma mobilização social contra uma candidatura militar à Presidência da República naquele período.

O historiador Hélio Silva a define como "a primeira campanha democrática na vida republicana".<sup>52</sup> Representou, segundo o autor, um primeiro momento de busca de legitimidade do princípio democrático na República, do apelo ao voto junto ao povo, da exposição de um programa político e da mobilização da imprensa

52 HÉLIO SILVA. Luta pela democracia, p. 39.

em torno de duas candidaturas.

Estes e outros aspectos da importância desse acontecimento na história política brasileira, em especial do período que denominamos Primeira República, têm sido levantados por uma vasta e densa historiografia.

O objetivo deste trabalho é acrescentar às pesquisas realizadas, uma análise no campo da História das Idéias. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se em uma concepção de caráter "dinâmico" das idéias, na busca de suas articulações entre si e nas relações que estabelecem com a sociedade como um todo. Como observa Francisco Falcon, "...os historiadores atuais tendem a ver em cada idéia ou em cada pensador um 'microcosmo' no qual se articulam passado e presente numa estrutura específica. Preservar o eixo temporal das relações históricas e reconstituir as conexões é objetivo comum aos historiadores...".<sup>53</sup> Acrescenta citando o trabalho de Quentin Skinner para quem "os conceitos ou as idéias não se esgotam uma vez (re) conhecido seu significado; é necessário saber quem os maneja e com quais objetivos, o que só é possível através do (re) conhecimento dos vocabulários políticos e sociais da respectiva época ou período histórico, a fim de que seja possível situar os 'textos' no seu campo específico de ação ou de atividade intelectual".<sup>54</sup>

Assim sendo, este trabalho busca realizar um re-ordenamento de situações anteriores e presentes no acontecimento, tanto no nível do contexto político e social, quanto no campo das idéias e ideologias. Paul Veyne chama a atenção para "o hábito de alguns historiadores de admitir a *priori* a transparência do sentido como algo intrínseco aos conceitos utilizados (...) que ora remetem ao senso comum, ora a horizontes teóricos específicos, sem se darem a mínima conta das suas implicações e dificuldades..."<sup>55</sup>. Tal procedimento camufla ou minimiza o sentido, significado de uma idéia em um determinado momento histórico.

Desta forma, procuramos focar as idéias, no caso o antimilitarismo em Rui Barbosa a partir do contexto em que se insere, tanto da perspectiva do autor, sua obra, seus valores e experiências, quanto do contexto político, econômico e

53 FRANCISCO FALCON. Domínios da História, p. 119.

54 QUENTIN SKINNER. Apud Francisco Falcon. op.cit., p. 96.

55 PAUL VEYNE. Apud Francisco Falcon . op. Cit. P.97

social no qual manifestou sua postura filosófica e política. Como afirma Miguel Reale "interessavam-lhe [Rui Barbosa] as abstrações enquanto instrumento ou processo de interferência modificadora no mundo da 'práxis', no campo da experiência humana concreta, e não como 'abstrações em si', suscetíveis de se situarem como objeto de cogitações autônomas".<sup>56</sup> Assim sendo, procuramos considerar os contextos interno e externo da mentalidade deste homem "sujeito" e ao mesmo tempo parte de uma construção permanente de um tempo histórico. Percebendo que quando responde a um problema apresentado o faz não apenas a partir dos elementos presentes na realidade imediata, mas como resultado de um processo de contínua elaboração intelectual.

Hannah Arendt ao analisar a relação entre ação e discurso no âmbito das negociações humanas (em particular, as políticas), afirma,

"a ação e reação jamais se restringem, entre os homens a um círculo fechado, e jamais podemos, com segurança, limitá-la a dois parceiros. Essa ilimitação é típica não só da ação política no sentido mais restrita da palavra - como se a ilimitação do inter-relacionamento humano fosse apenas o resultado da multidão ilimitada de pessoas envolvidas, à qual poderíamos fugir resignando-nos à ação dentro de um conjunto limitado e manejável de circunstâncias: o menor dos atos, nas circunstâncias mais limitadas, traz em si a semente da mesma ilimitação, pois basta um ato e , as vezes, uma palavra para mudar todo um conjunto".<sup>57</sup>

Assim sendo, este ensaio inicia-se por um resgate, através de um levantamento historiográfico, do panorama político, econômico e social do período republicano, desde sua implantação até a campanha presidencial de 1910. Busca-se delinear um quadro que permita vislumbrar as questões desencadeadoras da campanha civilista, em particular os discursos antimilitaristas de Rui Barbosa.

---

56 MIGUEL REALE. Posição de Rui no mundo da filosofia, p. 11.

57 HANNAH ARENDT. A condição humana, p. 203.

Em seguida, constatar-se-á a elaboração, paralela a esse contexto, de um modelo de república autoritária. Em nível ideológico essa postura autoritária de influência positivista estava inserida em práticas políticas tanto por parte dos que estavam no poder quanto os de oposição, mas essencialmente e de forma mais atuante na oficialidade da instituição militar. Na prática, essa ideologia é observada regionalmente na opção constitucionalista do Rio Grande do Sul, através de Julio de Castilhos, mais tarde representado em nível nacional por Pinheiro Machado, reconhecido como articulador da candidatura do Marechal Hermes da Fonseca.

Finalmente, buscar-se-á delinear através de uma historiografia especializada em Rui Barbosa e da análise de parte dos seus discursos parlamentares durante a campanha, a crítica de Rui diante dos encaminhamentos dado às propostas republicanas. Procuraremos demonstrar que sua postura antimilitarista se insere coerentemente na rejeição de um modelo autoritário, "governo pela espada" e, por conseguinte, na defesa da representatividade civil como alternativa de reabilitação de um modelo de república liberal democrática. Inspirado no liberalismo doutrinário, movia-se do plano intelectual para a ação. Entendemos que uma compreensão de sua postura na vida pública sem um entendimento dessa correlação constante e inerente à Rui Barbosa desemboca em uma análise incompleta, distorcida e incoerente com os valores e princípios firmados em seus discursos e ações.

Concluindo, espera-se com este ensaio despertar maior interesse pela pesquisa no campo da História das Idéias entendendo-a como proposta metodológica possibilitadora de uma compreensão histórica mais abrangente, por um olhar mais atento aos aspectos significativos relacionados às idéias ou posturas ideológicas. Concomitantemente, demonstrar através do tema escolhido, a atualidade do pensamento de Rui Barbosa em defesa da liberdade e do direito, da necessidade de uma mobilização social de rejeição à qualquer projeto que independente dos fins propostos defendam a utilização da coerção, da força como meios para alcançar seus objetivos.

## 2. Período Republicano: panorama político-social até a campanha presidencial de 1910.

A conclusão a que se chega depois de analisada parte significativa de uma historiografia sobre a Proclamação da República no Brasil, oficialmente datada em 15 de novembro de 1889, é que certamente não representou sob os mais diversos aspectos um acontecimento de profundas transformações. Ao descrever o quinze de novembro, Lincoln Penna afirma que a República "...surge do impasse, consolida-se institucionalmente na crise política e institucional e torna-se uma realidade nacional em meio a contradições que não soube ou não pôde resolver...".<sup>58</sup> Um movimento golpista que não contou com a participação das lideranças políticas do movimento republicano na operação que depôs o gabinete do visconde de Ouro Preto. Raimundo Faoro analisa o golpe militar como uma interrupção em uma "revolução em marcha", desencadeado pelo movimento federalista e liberal e entende que a instalação do Governo Provisório não significou o afastamento militar, mas representou em seus resultados, muito mais uma tentativa de institucionalizar o regime militar.<sup>59</sup> Seguindo a mesma linha de análise, Angela de Castro acrescenta que "se não é um momento de política revolucionária, é ao menos um momento de crise política que guarda uma característica fundamental dos episódios que inauguram novas experiências históricas: a instabilidade".<sup>60</sup>

Muitas outras considerações poderiam ser feitas em relação ao significado político do dia 15 de novembro de 1889. Porém, em função dos objetivos deste trabalho, e a partir dos estudos já mencionados desenvolvidos por estes e outros historiadores, buscar-se-á, por agora, delinear as permanências e mudanças econômicas, sociais e políticas que irão caracterizar este período republicano até o ano de 1910.

---

58 LINCOLN DE ABREU PENNA. República brasileira, p. 31.

59 RAIMUNDO FAORO. Os donos do poder, v.2.

60 ANGELA DE CASTRO GOMES. A invenção do trabalhismo, p.19.

### **3. Tentativa de Organização Política, Econômica e Social: confronto de um projeto modernista com estruturas centralizadoras e autoritárias.**

O historiador Edgar Carone observa que a organização política, econômica e social da Primeira República formam um todo indivisível. A questão econômica não constitui, isolada, elemento condicionante da ação política, no entanto é o suporte sobre o qual se constroem as relações entre os diversos segmentos da sociedade daquele período. Outro aspecto para ser avaliado é relativo às permanências de práticas políticas oriundas do período do Império. Estruturas que não sofreram, como já foi salientado, mudanças significativas e que aos poucos irão se tornar adversários sempre presente em todas as tentativas de implantação de novas práticas políticas, econômicas e sociais. Carone denomina essa característica de “antinomia constante”: contradição entre formas constitucionais e realidade, entre o uso do direito e o da força.<sup>61</sup> É a partir da compreensão desse todo indivisível que o trabalho procurará apresentar a forma como esses elementos se integraram na construção desses primeiros anos republicanos.

Proclamada a República, na mesma noite de 15 de novembro de 1889, formou-se o Governo Provisório, com Marechal Deodoro da Fonseca como chefe do governo. Apesar dos militares terem assumido a iniciativa do movimento que desencadeou a Proclamação da República, segmentos representados pelos federalistas, liberais, republicanos e outros, rapidamente se arregimentaram no intuito de legalizar e legitimar o movimento. As primeiras medidas tomadas pelo Governo Provisório foram: decretar o regime republicano e federalista e a transformação das antigas províncias em estados da federação. Em seguida, foi convocada uma Assembléia Constituinte para elaborar uma nova Constituição, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. A nova Constituição declarava que o Brasil era uma república representativa, federalista e presidencialista. Em vez de quatro poderes como no Império, foram adotados três: Executivo, Legislativo e Judiciário.

As divergências começaram logo a surgir em torno da questão federalista. Os civis defendiam o federalismo e os militares eram centralistas, partidários de

---

61 EDGAR CARONE. A República Velha, p.90,91.

um poder central forte. Essa postura caracterizou o início da República nas ações dos dois presidentes militares, Deodoro e Floriano. Derrubaram e nomearam governadores em grande parte dos Estados. Lincoln Penna caracteriza nos seus estudos a república brasileira, como uma república pluralista. Os interesses, a composição dos segmentos, os ideários republicanos defendidos por esses grupos eram diversos e complexos.

Continuando num rápido histórico dos desdobramentos desse período, a Assembléia Constituinte, após a elaboração da nova Constituição, transformou-se em Congresso Nacional, com objetivo de eleger o primeiro presidente da República. Duas chapas se apresentaram: uma encabeçada por Deodoro da Fonseca para presidente e o almirante Eduardo Wandenkolk para vice, e a segunda era constituída por Prudente de Moraes para presidente e o marechal Floriano Peixoto para vice. Eleito através de forte pressão no Congresso, Deodoro teve o seu vice derrotado por Floriano. Hostilizado pelo Congresso e sem o apoio do Partido Republicano Paulista (o mais influente), em 3 de novembro de 1891 Deodoro fecha o Congresso e decreta "estado de sítio". Sua intenção era reformar a Constituição conferindo mais poderes ao Executivo. As oposições cresceram, tanto civis quanto militares, o golpe fracassa e Deodoro renuncia.

Floriano Peixoto assume em 1891. Conforme estabelecia o artigo 42 da Constituição, se não houvesse decorrido dois anos de período presidencial, no caso de vaga da presidência ou da vice-presidência, deveriam ser realizadas novas eleições. Floriano simplesmente ignorou a lei e reagiu energicamente contra as rebeliões armadas, o que lhe valeu a alcunha de Marechal de Ferro.

Prudente de Moraes sucedeu a Floriano em 1894 como o primeiro presidente civil eleito por voto direto. Início de um processo de descentralização do poder do chefe do governo federal. Entretanto, este poder não será compartilhado igualmente com a sociedade ou com os diferentes segmentos políticos. É o início de uma aliança que, se já existia nos bastidores da política, institucionaliza-se através dos partidos republicanos instalados nos principais estados. Esses partidos transformam-se nos braços políticos das oligarquias agrárias, em especial dos fazendeiros de café. No entanto, é com a "política dos governadores" criada e

consolidada por Campos Sales, sucessor de Prudente de Moraes, que definitivamente se estabelece na República um sistema de completa exclusão social e de negação dos princípios democráticos republicanos. Antes, porém, de buscar entender como se estruturou e tornou-se eficiente essa aliança política entre o presidente e os governadores intermediada pela oligarquias agrárias regionais, é preciso abrir parênteses para incluir uma análise do contexto econômico e social daquele período.

Segundo Edgar Carone a base da economia brasileira daquele período é o que ele denomina de “hegemonia agrária” No Sul, Nordeste e Norte desenvolvem-se as três atividades principais: café, açúcar e borracha. A agricultura de subsistência era dominante em grande parte do interior do Brasil ficando a economia de mercado restrita aos grandes centros. Nas pequenas cidades o artesanato supre as necessidades mecânicas da lavoura. Essas populações permaneceram isoladas e ignoradas, manifestando-se nas chamadas rebeliões primitivas, Canudos e Contestado, e no fenômeno do Cangaço no Nordeste.

A economia cafeeira, por outro lado, organizava-se direcionada para o abastecimento do mercado externo, no qual adquiria os produtos manufaturados de que precisava. No entanto, como se verificará mais tarde, as exportações não acompanhavam o ritmo da demanda interna de importações e a industrialização torna-se então uma necessidade e uma manifestação de um crescimento urbano incrementado pelo melhoramento nos meios de comunicação. Nos centros urbanos é possível observar uma maior heterogeneidade de funções e posições sociais resultantes da integração do processo agrícola-comercial-industrial. Porém, ainda é insignificante a influência destes setores classificados por Edgar Carone como médios-urbanos na ação política. As oligarquias são dominantes, pois a terra é ainda a maior fonte de renda.

Neste aspecto, é preciso destacar o trabalho do sociólogo Fernando Henrique Cardoso chamando a atenção para essa população urbana diferenciada, letrada e burocrática presente nas grandes cidades. Afirma que este segmento não foi ainda devidamente considerado nas interpretações dos grupos sociais e econômicos deste período, prevalecendo a idéia de uma hegemonia da estrutura

agrária tradicional. Destaca em relação à questão econômica-financeira duas correntes distintas: a primeira industrializante, portadora de valores de progresso e a segunda conservadora, os cafeicultores.<sup>62</sup> É importante, porém, ressaltar diante das colocações feitas por Fernando Henrique Cardoso, as considerações de Edgar Carone quanto a relação da classe média urbana que se formava com as oligarquias agrárias. Para Carone, este segmento da sociedade era em grande parte uma extensão da presença das oligarquias agrárias. Os fazendeiros fazem de seus filhos doutores. É o bacharelismo característico desse período. Na imprensa tornam-se jornalistas; nos partidos assumem a liderança; no parlamento são deputados e senadores. Exceção neste aspecto constituem os grupos formados por imigrantes estrangeiros instalando-se nas cidades como comerciantes e alguns ligados ao comércio importador.

Essa "massa crítica" que se formava, na opinião de Edgar Carone, dependia das medidas governamentais, e na maioria das vezes as constantes críticas à situação dominante camuflavam o desejo de se integrar ao sistema e não o de fazer oposição. À exceção dos assalariados, operários, que lutavam por uma transformação social, porém com pouca ou quase nenhuma representatividade política.

Na República o sufrágio torna-se amplo e geral para os maiores de vinte e um anos, o voto mantém-se direto, mas volta a se instituir a mesa eleitoral. Como não existe o voto secreto e a mesa eleitoral controla a presença e a votação, torna-se fácil a pressão sobre os eleitores. O colégio eleitoral se fazia a partir do alistamento voluntário, sendo esse processo executado pelos "cabos eleitorais". Normalmente no interior esta situação estava nas mãos dos coronéis, enquanto nos centros urbanos por pessoas indicadas pelos políticos partidários do governo. No contexto da política implantada por Campos Sales, ao se aproximar o período das novas eleições o candidato era apresentado pelo atual presidente considerando a concordância dos grandes Estados. Havia um cerimonial onde o candidato lia sua plataforma de governo e o 1º de março, dia das eleições, era a oficialização de

---

62 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales., p. 20. História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil republicano.

uma candidatura já vitoriosa. Este sistema era garantido pelo "coronelismo" e pela Comissão de Verificação. O título de "coronel" era uma patente da Guarda Nacional, recebida ou comprada durante a Regência. Este termo passou a designar os fazendeiros ou comerciantes mais ricos da cidade, as figuras dominantes do cenário político dos municípios. O seu poder residia no controle que exerciam sobre os eleitores, os "votos de cabresto". E deles dependiam as oligarquias políticas estaduais que em troca de votos prestavam favores e criavam condições de perpetuidade desse domínio local. A Comissão de Verificação formada por elementos da câmara dos deputados ou assembleias estaduais recebiam as atas eleitorais, os livros de votação dos eleitores, verificavam a existência ou não de fraude, e em seguida oficializavam os resultados das eleições. Desta forma se consolidava a política dos governadores em nível estadual e em relação ao poder federal prevalecia a influência dos políticos representantes dos estados mais fortes: São Paulo e Minas Gerais. O revezamento na presidência de políticos oriundos destes estados ficou conhecida como a "política do café com leite".

Em 1902 assumia Rodrigues Alves. Seu governo caracterizou-se pelo saneamento e melhoramento do porto do Rio de Janeiro. As epidemias, devido as precárias condições de higiene da cidade do Rio de Janeiro, mantinham os navios estrangeiros distantes e prejudicava a política governamental de estímulo à imigração e entrada de capitais estrangeiros no país.

Nesse período, protegida pelo governo, a produção cafeeira cresceu num ritmo maior que a expansão do mercado internacional. Com a crise de superprodução e a ameaça de queda de preço, os cafeicultores decidiram no Convênio de Taubaté (1906) que o governo adquiriria o excedentes mediante empréstimos no exterior. A política de valorização do café, arruinou a economia brasileira e aumentou o endividamento externo do País. Afonso Pena, então presidente, não soube, como coloca Lincoln Penna, penetrar no intrincado jogo da "política dos governadores", governando com políticos sem expressão em seus estados, fato que ficou conhecido como Ministério "jardim de infância".

Configura-se neste período um clima de descontentamento político e de mobilização de vários segmentos insatisfeitos com o rumo tomado pelo regime

republicano.<sup>63</sup>

## 2.2 Bastidores da Campanha Presidencial de 1910.

A República, até então, não tinha se concretizado enquanto *res-publica*, sistema de governo que visa o interesse de todos ou bem comum.

Inserido neste contexto, surge a campanha civilista como uma tentativa de reabilitação do regime democrático através das propostas reformistas de Rui Barbosa em seus discursos parlamentares.

Conforme Hélio Silva, a campanha presidencial de 1910 vai representar um marco histórico, seja através das denúncias de arbitrariedades e desrespeito as leis constitucionais, seja pelo espírito combativo. Aponta como elementos testificadores desta afirmação a mobilização popular alcançada pelos discursos de Rui Barbosa e os artigos e caricaturas dominantes nos periódicos da época.

No entanto, acrescenta que esse espaço de mobilização popular não nasce da espontaneidade, ou como resultado de reflexão sobre o que significava na essência um regime republicano democrático. São os desentendimentos acerca da sucessão presidencial, da rejeição unânime ao candidato indicado pelo então presidente Afonso Pena que irão propiciar uma situação de confronto entre os que queriam dar continuidade ao que estava estabelecido, e os que ansiavam por mudanças, reformas constitucionais.

Pena procurou impor o sucessor, seu ministro da Fazenda David Campista. Quando comunicado da indicação de David Campista, político sem expressão nacional e sem condições de contornar os momentos difíceis pelo qual passava o país, Rui se pronunciou na carta enviada 16 de dezembro de 1908 a Afonso Pena, pedindo e mostrando justificativas para uma reconsideração. Propunha nomes e advertia quanto a possibilidade de um processo de desestabilização se iniciar a partir daquela indicação. Escreveu,

"O atual presidente da República ocupa essa cadeira, não tanto como

---

63 LINCOLN PENNA. Op. Cit., p. 99.

expressão do seu valor pessoal, aliás indiscutível, quanto como encarnação de um princípio, em cujo nome erguemos e graças ao qual se tornou vitoriosa a sua candidatura: o princípio que recusa ao chefe do estado o direito da iniciativa ou deliberação na escolha de seu sucessor. (...) Eu quisera abster-me de me pronunciar sobre o nome indicado. Mas não posso. (...) Moço de talento e futuro, não tem evidentemente para o cargo supremo do Estado, experiência, madureza, autoridade. (...) À sua investidura seria uma criação do Presidente da República. Só este disporia do poder suficiente para tanto.<sup>64</sup>

Afirma Carone que Rui Barbosa antes da Campanha Civilista já defendia a idéia de que a verdadeira representação é aquela que se compõe do maior número de elementos, conforme o processo democrático das grandes assembléias e nelas todos os municípios devem ter seus representantes. Critica o processo de escolha de candidatos pela Convenção constituída pelo Congresso e sugere que seja reconhecida sua legitimidade somente quando designadas "por um movimento de opinião pública, por um partido político, ou por um Estado da União".<sup>65</sup>

Afonso Pena mostrou-se irredutível. Vozes opositoras levantaram-se de todos os lados e Pena não conseguiu fazer seu sucessor, morrendo por "traumatismo moral" e sendo substituído provisoriamente por seu vice Nilo Peçanha.

Segundo Lincoln, durante o processo sucessório cresceu a influência do senador Pinheiro Machado. Este articulou a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca contando com o apoio do Rio Grande do Sul, dos estados do Norte, Pernambuco, Minas Gerais e além disso com o decidido apoio dos militares. No dia 1º de março de 1910 realiza-se então a primeira eleição presidencial a provocar um certo entusiasmo do eleitorado.<sup>66</sup>

Quando consultado acerca da candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, Rui Barbosa manifesta na carta de 19 de maio de 1909 uma síntese da postura que irá marcar seus discursos como candidato de oposição. Afirma a incompatibilidade do exercício presidencial por um militar e as conseqüências que isto traria a um

64 RUI BARBOSA. Carta à Afonso Pena .

65 RUI BARBOSA. Discursos Parlamentares, vol. XXXVI, 1909, tomo II, p. 197.

66 LINCOLN PENNA, op. cit., p. 100.

sistema republicano que ainda não conseguira se fazer democrático, representativo. Rui inicia manifestando sua amizade e admiração pessoal ao Marechal Hermes, mas, acrescenta,

“A farda que veste, não constitui objeção ao exercício de servir ao país nesse posto, uma vez que ele se não configura ao militar, mas ao cidadão. (...) Assim que, se o honrado Marechal saísse do Congresso, do seio de um partido, ou de um passado político para a situação de chefe do Poder Executivo, o fato seria natural, e a sua candidatura teria sido acolhida com o meu imediato assentimento. (...) se na escolha não entra como razão determinante a consideração da classe, a qual pertence, escapa ao meu entendimento o motivo da preferência, que a fez recair sobre o seu nome. (...) qualificar a sua candidatura como a única eficaz para desmanchar o encalhe atual, seria atribuir à força de que esse elemento é expressão o privilégio de remediar um caso de Governo.<sup>67</sup>

Rui Barbosa cita vários nomes que poderiam ser apresentados como candidatos, insistindo particularmente no nome de Rio Branco, em sua opinião preparado para o cargo e estimado pelo povo. Rio Branco recusa alegando a idade e o cansaço "para entrar, agora em política interna".

De fato, a campanha civilista se inicia antes da candidatura de Rui Barbosa. Começa pela necessidade de uma alternativa civil à uma candidatura militar. Consultado como candidato á presidência, depois de muito relutar, Rui aceita o desafio sem deixar, contudo de reconhecer "...eu sou dos sacrifícios. Se fosse para a vitória não me convidavam, nem eu aceitaria; mas como é para a derrota, aceito. A idéia não morrerá pelo meu egoísmo. Perderemos, mas o princípio da resistência civil se salvará..."<sup>68</sup>

O apoio a Rui Barbosa provém de parte das oligarquias de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e de camadas das classes médias. Pedro Calmon escreve, "Rui era o

---

67 RUI BARBOSA. Apud Hélio Silva, op. cit. p.47-48.

68 RUI BARBOSA. Apud, Hélio silva, op. cit. p. 45

único que podia sublevar o país com o verbo doutrinário. Porque à incomparável virtuosidade oratória unia a tradição dos combates incessantes em defesa da Lei, da justiça, das liberdades... As populações saíram as ruas para saudá-lo. O país sem acreditar na sua vitória - comoveu-se com sua palavra. Tirados os votos inverificáveis do interior, onde a eleição se fazia ao sabor do governo, a eleição de 1º de março pode ser considerada vitoriosa para o civilismo. Mas o Congresso 'reconheceu' e empossou o Marechal Hermes da Fonseca em 15 de novembro de 1910".<sup>69</sup>

A vitória aconteceu por conta do sistema de fraude eleitoral. Para Hélio Silva não houve eleição nem apuração. O Poder Verificador constituiu-se do mesmo grupo de políticos, senadores e deputados que havia indicado o candidato Hermes e homologado sua candidatura na Convenção dos Republicanos.

Enquanto seus companheiros de campanha quedavam-se vencidos, Rui encabeça um movimento que pede a reavaliação que vai de março a junho, onde é mais uma vez derrotado.

Rui Barbosa estivera presente e atuante como jornalista, advogado, pensador e político, no período que antecedeu a República. Experimentara as agruras de estar inserido dentro de um regime de governo estabelecido em meio a tantos desencontros ideológicos, econômicos e políticos. Ativo colaborador quando a circunstância se apresentava como uma oportunidade de concretizar os princípios liberais norteadores de sua conduta política. E , por outras vezes, corajoso opositor, denunciando o desrespeito a lei, às normas constituídas, à liberdade e à justiça. A campanha civilista foi na história da política brasileira um marco de defesa da democracia, no entanto, na vida pública de Rui, apenas mais um momento de luta cívica.

#### **4. Construção de um Modelo Republicano Autoritário.**

Ao lado dos ideais de um regime republicano democrático forjava-se, em um segmento da sociedade, uma ideologia baseada no autoritarismo e no

---

69 PEDRO CALMON. História do Brasil . A república e o desenvolvimento nacional, séc. XX.

desrespeito às normas constituídas. Para uma melhor compreensão da infiltração deste princípio autoritário na prática política republicana, entende-se ser necessário apontar a lógica sobre a qual se justificava e junto analisar as condições sócio-históricas possibilitadoras de sua atuação.

Embora o trabalho pretenda se limitar ao segmento representado pelos militares e sua atuação na Primeira República até o ano de 1910, é necessário ressaltar que o princípio autoritário, a resistência a um regime republicano democrático encontra-se representado também em outros grupos. No entanto, quando estudado se verifica que essas posturas são engajamentos passageiros, esporádicos, limitados a uma circunstância. Diferentemente da "ideologia militarista" possuidora de uma lógica positivista, de um sistema de representação (imagens, mitos), e de uma estratégia que possibilitava uma existência concreta, um papel histórico definido.

### 3.1. Formação de um *Esprit de Corps* nas Forças Armadas.

Em "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", José Murilo de Carvalho faz uma crítica a postura de alguns autores de atribuir às forças armadas o "simples papel de representantes de determinados grupos sociais".<sup>70</sup> Murilo chama a atenção para os estudos realizados na área da Sociologia mostrando que as organizações possuem características e vida próprias, e não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Sob este prisma, o autor se dispõe no seu estudo a fazer uma análise das forças armadas a partir dos aspectos organizacionais. Estes aspectos são por ele definidos: o processo de recrutamento; o treinamento do corpo de oficiais; a estrutura interna; o tamanho, e a localização geográfica de organização militar; a ideologia organizacional.

Em função dos objetivos deste trabalho, nos aspectos de organização entendidos como estruturais, será apresentado um rápido relato dos elementos

---

70 JOSÉ MURILO DE CARVALHO. As forças armadas na Primeira república: o poder desestabilizador, p.183.

mais significativos apontados por José Murilo. No entanto, interessa-nos ampliar a compreensão de uma das categorias apresentadas por ele como característica na organização das instituições militares, a *ideologia militar*, que foi sendo construída nos diversos embates com os poderes constituídos. Murilo apresenta um quadro significativo da quantidade de intervenções militares de 1889 a 1930 - dezoito intervenções - ressaltando a necessidade de observar sua diversidade em relação aos que promovem, no aspecto hierárquico, e também onde se originam, se no exército ou na marinha.

Quanto a forma de recrutamento observa que na categoria de oficiais privilegiava-se os filhos de representantes de grupos sociais dominantes. O recrutamento de praças até 1916 foi feito em grande parte através do recrutamento forçado em grupos sociais de baixa renda, desprovido de representação política. A lei de 1874 que estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas nunca foi cumprida a rigor, mecanismos eram criados para burlar e fazer recair sobre pessoas sem recursos financeiros ou políticos o recrutamento militar. Além disso, ressalta Murilo, o castigo físico abolido na lei de 1874, continuou nas duas corporações: Exército e Marinha. Essas condições, conclui, explica o grande número de deserções.

Em relação ao treinamento do corpo de oficiais, o autor afirma que com a entrada do positivismo na Escola Militar, esta passou a ser mais um centro de estudos de Matemática, Filosofia e Letras do que de disciplinas militares. Observa o fato de que entre as várias revistas produzidas nessa época dentro da instituição militar, nenhuma tratava especificamente de assuntos militares. Cita o comentário de F. de Paula Cidade, "...o que na verdade produzia a Escola eram bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de Direito e Medicina (...). Era 'Dr. General', 'Dr. Tenente', ou simplesmente 'seu doutor'<sup>71</sup> Formava-se, observa Murilo, o ambiente perfeito para a aceitação da idéia do soldado-cidadão tão presente na ideologia das intervenções militares na Primeira República. Continuando, paralelo ao grupo de bacharéis de farda, ainda nos postos iniciais da carreira, havia outro grupo composto de oficiais mais velhos, quase todos ex-

---

71 F. de PAULA CIDADE, Recrutamento de Oficiais, apud José Murilo de Carvalho, op, cit, p. 196.

combatentes da Guerra do Paraguai, muitos sem curso na Escola Militar. Segundo Murilo, essa situação no contexto do exército foi geradora de conflitos entre estes oficiais subalternos e os oficiais superiores, dando origem ao fenômeno do "tenentismo". A grande predominância numérica dos tenentes, aliada ao baixo grau de controle hierárquico dentro da organização, as lentas promoções, as origens sociais e o treinamento desses oficiais geravam motivações para seu envolvimento em lutas de caráter contestatório.

Apesar deste quadro revelador das origens dos conflitos dentro da corporação militar, Murilo não deixa de mencionar como a Proclamação da República aconteceria com a fusão desses dois grupos descritos no exército, os jovens entraram com as idéias e os velhos com a corporação. Nesse aspecto, é interessante acrescentar a descrição minuciosa que faz Fernando Henrique Cardoso quando da derrubada da ordem imperial: jovens oficiais articulados no nível ideológico por Benjamin Constant; a Corporação Militar representada pelo Marechal Deodoro da Fonseca e no plano interno do exército a atuação do Ajudante- General de então, Floriano Peixoto. Murilo justifica essa união ao que ele denomina *esprit de corp*, ou seja, acima das diferenças estava a farda que os unia, símbolo de valores sedimentados em uma imagem de si mesmos. Por exemplo: parte do texto do decreto de Deodoro e Benjamin Constant sobre a reforma do ensino militar em 14 de abril de 1890, "...com uma missão altamente civilizadora, eminentemente moral e humanitária que de futuro está destinada aos exércitos no continente sul-americano".

Segundo Murilo, o levante dos três regimentos (1º e 9º de cavalaria e o 2º de artilharia) junto da 2ª brigada em 15 de novembro de 1889 foi toda formada por oficiais subalternos. O único oficial superior arregimentado que os acompanhava era o Major Sólon, que assumira o comando do 1º regimento de cavalaria. O outro oficial superior era Benjamin Constant, professor e chamado somente após estarem as tropas de prontidão. Essas tropas não passavam de quinhentos homens e não tinham condições de vencer as tropas legalistas postadas dentro e fora do Quartel General. Para vencer precisaram trazer consigo a oficialidade superior

através da adesão de Deodoro.<sup>72</sup> Destaca o fato de que Deodoro nunca se manifestou a favor da República, e até o último instante tentou evitar a Proclamação da República. No entanto foi pressionado pelos jovens positivistas e ferido nos seus brios de militar que ele manifestou a Ouro Preto, ao depor o gabinete, que se tratava apenas de "vingar as afrontas por ele (exército) recebidas do governo".<sup>73</sup> A tentativa de Ouro Preto de mobilizar a Guarda Nacional fracassou, a adesão de guarnições do Mato Grosso (recentemente comandada por Deodoro) e do Rio Grande do Sul comandada por Júlio de Castilhos completou o apoio que faltava. Conclui Murilo - sobre o desenrolar dos acontecimentos após 15 de novembro de 1889 - a aliança com grupos civis e vice-versa era puramente tática, devido ao pouco em comum que possuíam. A partir daí se revezariam os conflitos dentro da própria instituição militar com as tentativas dos elementos civis de reconquistar o controle do governo.

Avançando no trabalho desenvolvido por Murilo, ele destaca o rápido crescimento do efetivo militar (enquanto a população do país cresceu 162% entre 1890 e 1930, o efetivo militar cresceu nesse mesmo período 220%) e associa o equivalente no aumento de poder junto aos diversos setores da sociedade. No aspecto localização observa que obedecia a dois critérios: guarda de fronteiras potencialmente conflitivas e de controle de certos centros litorâneos urbanos, principalmente a própria sede do governo. É interessante destacar, na análise que temos procurado fazer da influência de uma ideologia militarista na política do período, a concentração de tropas na Corte e no Rio Grande do Sul. Percebe-se uma total ausência de paulistas e mineiros entre a liderança militar, ou seja o divórcio entre o exército e as elites civis se agrava com o distanciamento entre o exército e os dois Estados líderes da política republicana.

Nas suas reflexões finais, Murilo termina sua abordagem destacando três posições básicas durante a República no que denomina "ideologias de intervenções". A primeira desenvolvida a partir da Questão Militar: a concepção do soldado-cidadão. Nesse período destaca a atuação de Quintino Bocaiuva no Rio de

---

72 ERNESTO SENNA, Deodoro, subsídios para a História, p.41, apud José Murilo de Carvalho, p.216.

73 Ibidem, p. 89, apud José Murilo de Carvalho, p.216.

Janeiro e Júlio de Castilhos em Porto Alegre. É interessante observar que esta expressão foi consagrada no Manifesto escrito por Rui Barbosa defendendo aos cidadãos fardados direito de participar na vida política do país. Este fato tem servido de pretexto para se afirmar uma incoerência no pensamento político de Rui Barbosa. Quanto a esta questão, nos discursos parlamentares contra o militarismo no período da campanha civilista, Rui lembra um texto seu, escrito quando dirigia o Jornal do Brasil em 1893. Dizia que reconhecia que constitucionalmente os militares tinham o direito da elegibilidade, mas que era necessário se fazer reformas, alterações do direito constitucional, pois tal direito tinha se mostrado nocivo, inconveniente<sup>74</sup>. Essa questão será novamente tratada neste trabalho no capítulo seguinte.

A segunda posição, a concepção de soldado profissional, ou seja, o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos se manifesta efetivamente apenas no final da República sendo rapidamente solapada por uma terceira concepção refletida no posicionamento dos militares no Estado Novo. Um deslocamento da concepção do soldado-cidadão do início da República acrescida da exigência de ser ele preparado para esta função, uma intervenção moderadora, conservadora e estabilizante dos elementos sociais com o objetivo de corrigir as perturbações internas.

Considerando o estudo realizado por Murilo, é possível afirmar que as intervenções militares do período estudado não se restringem em suas motivações ao contexto político ou social de um determinado momento, mas estão permeadas por uma ideologia centralizadora, autoritária e ambígua pelas suas divergências e complexidade interna.

Entretanto, na opinião de José Murilo de Carvalho, o governo de Hermes da Fonseca não pode ser classificado com uma intervenção militar na República.

Este trabalho por sua delimitação de tema e período não entrará no mérito do que representou o período de governo de Hermes, embora entenda que as "salvações" são um fenômeno típico de uma ideologia militarista. Murilo considera que a conotação militarista surgiu mais pela campanha de Rui do que pela presença

---

74 RUI BARBOSA. Discurso na manifestação dos estudantes, 5 de junho de 1909.

de Hermes, entendendo esta postura como um segundo equívoco de Rui, reportando-se à sua participação na Questão Militar. Observa que tanto Rui como os militares eram contra as práticas das políticas dos Estados e combatiam as oligarquias regionais. Afirma que o próprio Hermes estava pessoalmente mais próximo das posições de Rui do que de Pinheiro Machado e assim sendo, a candidatura se enquadra dentro do jogo da política dos Estados, e só pelo desacordo entre Minas e São Paulo e pela divisão interna de Minas teve condições de surgir e vencer. É óbvio nesse ponto que o autor não levou em consideração o sistema de eleição e apuração de votos do período estudado. Afirma que a solução encontrada foi facilitada pela entrada em cena do Rio Grande do Sul, em aliança com o exército. Cita o trabalho de Joseph L. Love que desenvolve um estudo sobre essa aliança informal e que destaca a aproximação dos gaúchos e a influência de Pinheiro Machado tanto na apresentação da candidatura de Hermes da Fonseca quanto na própria decisão de Hermes em aceitá-la. Este aspecto será aprofundado na continuidade deste capítulo no tópico que trata do fenômeno do castilhismo. Porém como observado por Murilo durante todo seu estudo, as forças armadas não se compunham a partir de uma uniformidade de idéias, pelo contrário, os conflitos nessa área se tornavam visíveis nas manifestações militares. Rui, como já mencionado no capítulo anterior, em sua carta manifestando-se contrário a candidatura militar de Hermes da Fonseca, inicia por lembrar momentos vividos lado a lado do Marechal Hermes, na defesa da ordem e da justiça. Entretanto, em seguida questiona o contexto da candidatura, se não fosse por ser Hermes um militar, que outras referências tinha para ser lançado como candidato? E se essa era a referência, como negar ser essa uma candidatura essencialmente militar? É possível que militares individualmente ou segmentos das forças armadas apoiassem a candidatura de Rui Barbosa. No entanto como se observará na continuidade deste trabalho, o articulador Pinheiro Machado contava, se necessário com uma articulação dos militares em defesa de Hermes da Fonseca. E Rui, por sua vez, conhecia o poder das forças armadas, o uso inadequado da força, a persuasão pela espada tantas vezes manifesta durante a República.

### **3.2. Castilhismo e militarismo, duas faces de uma mesma moeda: o autoritarismo.**

A inclusão de uma sucinta análise sobre o castilhismo neste trabalho se justifica pelo fato do castilhismo ter sido um modelo de governo não representativo, autoritário, historicamente inserido na prática política brasileira, especialmente no período republicano, quando do estabelecimento da Constituição do Rio Grande do Sul. Interessa ao trabalho, primeiramente observar a relação dessa ideologia centralizadora e arbitrária com as forças armadas no período da Primeira República desde sua implantação. Em seguida, destacar neste contexto um dos seus principais representantes em nível nacional, Pinheiro Machado e sua atuação na campanha presidencial de 1910.

A contribuição maior para o desenvolvimento deste tópico está baseado em um trabalho desenvolvido pelo professor Dr. Ricardo Vélez Rodríguez no livro "Castilhismo: uma filosofia da República". Junto à análise do prof. Ricardo Vélez, inclui-se algumas considerações pertinentes ao tema feitas por Raimundo Faoro e Antonio Paim.

Ricardo Vélez pontua o aparecimento de uma filosofia política de inspiração positivista nos primórdios da República. Diferentemente da filosofia política de inspiração liberal atuante no período imperial. Explica que:

"a filosofia política positivista baseia-se no pressuposto de que a sociedade caminha inexoravelmente rumo a estruturação racional. Esta convicção e os meios necessários para sua realização são alcançados mediante o cultivo da ciência social. Ante tal formulação são possíveis duas alternativas: ou empenhar-se na educação dos espíritos para que o regime político se instaure como fruto de um esclarecimento, ou simplesmente impor a organização positiva da sociedade por parte da minoria esclarecida".<sup>75</sup>

A segunda alternativa, organização da sociedade por parte da minoria

---

75 RICARDO VÉLEZ RODRIGUEZ. Castilhismo: uma filosofia da República, p. 8.

esclarecida, foi, segundo Vélez, a opção de Júlio de Castilhos, seguido por Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, e por Pinheiro Machado e Getúlio Vargas, em nível nacional.

Vélez destaca a atuação de Castilhos no Congresso Constituinte (1891) propondo ao Congresso a instauração de um regime moralizador. Uma sociedade sob a tutela de um governante esclarecido, de "puras intenções", que invista na educação cívica dos cidadãos, garantindo assim um estado permanente de busca do "bem público", em detrimento dos interesses egoístas que caracterizavam uma sociedade liberal. Para os representantes do castilhismo, todo tipo de governo representativo é essencialmente anárquico, o que justifica, na ideologia castilhista, uma centralização do poder no Executivo. O autor cita afirmação de Antonio Paim segundo o qual o castilhismo "caracteriza-se com o núcleo antidemocrático das idéias de Comte, ajustado a uma experiência concreta".

Vélez destaca a diferença entre a idéia de federalismo radical defendido por Júlio de Castilhos e o federalismo moderado sustentado por Rui Barbosa no projeto governamental vitorioso na Constituição de 1891. De fato, o radicalismo de Júlio de Castilho em relação ao federalismo se explica pela intenção de afirmar sua política autoritária no Rio Grande do Sul. Raimundo Faoro também chama a atenção para a forma distinta com a qual se organizou a Constituição do Rio Grande do Sul em relação aos outros Estados. O poder oligárquico é maior e reforçado por uma ideologia positivista que impregnava o partido e a Constituição. O presidente é o Legislativo, Executivo e Judiciário. Governo autoritário, ditadura castilhista exemplificado nos 25 anos de Borges Medeiros no governo. Observa que desde os dias da propaganda republicana Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado procuraram ter no Exército um trunfo de reserva, culminando com a ação de 1930.<sup>76</sup>

A proposta castilhista alcança êxito na elaboração da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul promulgada em 14 de julho de 1891 perpetuando-se até 1930.

Alguns elementos presentes na publicação intitulada "Monumento a Júlio de Castilhos (síntese dos pontos essenciais da Constituição Castilhista)" e destacados por Ricardo Vélez, revelam em que bases um regime de fundamentação

---

76 RAIMUNDO FAORO. Os donos do poder, v.2,p.581.

castilhista pretende governar. Primeiro ao assegurar a separação dos dois poderes temporal e espiritual desdobrando este princípio em liberdade religiosa, de profissão e de indústria, garantia um espaço de aparente autonomia à sociedade. Sobre esse espaço das "pequenas liberdades" surge um governo que reúne à função administrativa e legislativa. Não existe o momento do diálogo, da conciliação de interesses dos diferentes segmentos da sociedade, há apenas o decreto governamental de uma "elite esclarecida" .

Júlio de Castilhos morre em 1903, mas não morre com ele o castilhismo. Pinheiro Machado, companheiro e fiel à tradição castilhista tentará, como afirma Paim "transplantar essa doutrina ao plano nacional " através da candidatura Hermes.<sup>77</sup>

A partir dos estudos de Ricardo Vélez sobre Pinheiro Machado, no capítulo três do seu livro, pode-se ter um panorama da atuação de Pinheiro Machado e de sua influência durante todo o período republicano até sua morte em 1915. José Gomes Pinheiro Machado nasceu a 8 de maio de 1851 em Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul. Desde cedo demonstrou inclinação pela carreira das armas e pelas questões políticas. Participou da Guerra do Paraguai como voluntário do Exército. Em 1878 formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Atraído pelas atividades políticas fundou o Clube Republicano do Rio Grande e juntamente com Júlio de Castilhos e outros o PRR (Partido Republicano Rio-grandense). Em 1889, ao ser proclamada a República, Pinheiro Machado já se distinguia no combate a monarquia no Rio Grande do Sul. Vélez cita um comentário do Ministro Tavares Lima: "identifica-se por completo com Júlio de Castilhos: um seria o homem de Estado; o outro o homem da ação..."<sup>78</sup>. Elegeu-se senador para a Constituinte de 1890 e para as legislaturas ordinárias que seguiriam. Protestou contra o golpe de Estado de Deodoro (3 de novembro) e durante a revolução federalista de 1893, tomou decididamente o partido de Júlio de Castilhos. Como comandante da "Divisão do Norte" derrotou a coluna de Gumercindo Saraiva. Recebeu de Floriano, como Castilhos, o título de "General de Brigada".

---

77 ANTONIO PAIM. O liberalismo, o autoritarismo e conservadorismo na República Velha, p. 21.

78 TAVARES DE LIRA. Apud Ricardo Vélez Rodriguez, p. 62

Pinheiro esteve presente e atuante em vários momentos da vida política do país. Vélez destaca que em um dos seus pronunciamentos na convenção que homologou a candidatura de Rodrigues Alves deixou claro seu desejo de "criar no país uma organização que transpusesse os limites dos Estados e se afirmasse como força de coesão, capaz de disciplinar a vida política em todos os recantos...".<sup>79</sup>. Havia, observa Vélez, total coincidência dos discursos e ações de Pinheiro com a tradição castilhistas. Partido único representaria a possibilidade da concretização de uma concepção totalitária, facilitaria o exercício do poder ilimitado do Presidente do Estado, como queria Castilhos.

Em relação a atuação de Pinheiros na eleição de Hermes da Fonseca, foi, nas palavras de Ricardo Vélez, "obra exclusivamente sua". Pinheiro cultivava a vaidade do ministro Marechal Hermes da Fonseca. Na figura do marechal retomava-se a questão militarista dos primeiros tempos da República, como tentativa de conter a presença forte dos conselheiros do império na presidência. Eram eles Rodrigues Alves, Afonso Pena, Rio Branco e Rui Barbosa.

Raimundo Faoro ao analisar a liderança de Pinheiro Machado, observa, o líder que não comanda, mas que coordena e interfere. O líder que não representa um Estado forte como São Paulo ou Minas Gerais, mas representa o único estado que não teme intervenção federal, Rio Grande do Sul. . A guerra civil de 1893 levou o Estado a constituir e armar uma poderosa milícia, a Brigada Militar, que certamente reagiria violentamente a qualquer medida capaz de perturbar a autonomia estadual. Pinheiro, um líder reforçado com a confiança de Castilhos e depois Borges de Medeiros, senhores do poder graças a um partido monolítico, autoritariamente conduzido. Afirma "na escolha de Hermes da Fonseca, a corda castilhistas, não desdenhosa do militar na política, antídoto certo contra a hegemonia dos grandes Estados, de São Paulo em particular, vibrou com intensidade...".<sup>80</sup>

Rui Barbosa lutava por uma candidatura vinda diretamente da opinião pública, legitimada por uma prática política, comprometida com princípios

---

79 EDGAR CARONE. Op.cit. apud Ricardo Vélez, p. 106.

80 RAIMUNDO FAORO, op.cit. p. 584.

democráticos, mas o senador gaúcho não tem a prática da conciliação, da representatividade civil, sua lógica é a da coerção, se necessário pelo uso da força da espada. Por exemplo, em uma entrevista com Dantas Barreto, citado por Faoro: "...e acredita - pergunta Pinheiro Machado - que contaríamos com a maior parte dos generais, em caso de dificuldades a respeito de Hermes? Sim, responde o general, com os mais resolutos em contato com a tropa".<sup>81</sup>

O predomínio do senador gaúcho todos esses anos foi exercido em grande parte no cargo de vice-presidente do Senado. A respeito desta função, Vélez cita comentário feito por Rui Barbosa: "Bem sei que conosco temos a evidência da Constituição, a doutrina dos mestres, o voto dos Congressos jurídicos e a jurisprudência do S.T.F. Mas tudo isso nada é, desde que contra o peso do universo jurídico, se invoca a opinião do nobre vice-presidente do Senado".<sup>82</sup>

Sem a pretensão de explicar ou justificar, neste trabalho, a elaboração deste modelo de república autoritária no contexto de uma República que se afirmava constitucionalmente representativa, de princípios democráticos e liberais, faz-se necessário para ficar como reflexão, concluir com duas considerações bastante pertinentes em relação a questão colocada. Fernando Henrique Cardoso em sua análise sobre a atuação das forças armadas na República diz que o "desmantelo das instituições imperiais deixara um grande vazio que de imediato só poderia ser preenchido, como foi, por uma grande estrutura burocrática que se deslocara do Império, as forças armadas, única capaz de exercer de imediato o poder político junto de um poder repressivo"<sup>83</sup>. Ricardo Vélez em suas últimas considerações sobre a filosofia política castilhistas afirma: "...preencheu um vazio no pensamento da elite brasileira, desobrigando-a de má consciência de haver contestado radicalmente a monarquia, sem dar solução ao problema fundamental colocado por ela: *a representação*. (...) Tinha-se dado um passo atrás no esclarecimento alcançado pela consciência brasileira durante o Império, acerca da liberdade e da representação."<sup>84</sup>

81 DANTAS BARRETO. *Conspirações*, p. 91.

82 RUI BARBOSA. *Apud* Ricardo Vélez, p. 108.

83 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, *op. cit.* p. 43.

84 RICARDO VÉLEZ, *op. cit.* p. 155.

## 5. Modelo de República Liberal - Democrática

O jurista Paulo Bonavides em um artigo intitulado "Rui Barbosa: pensador político, advogado e constitucionalista" escreve a respeito da opção de Rui Barbosa pela República como a alternativa que se apresentava para a implantação do sistema federativo, proposta política rejeitada pela monarquia. O constitucionalismo de Rui é o constitucionalismo da liberdade, do regime federativo consolidado na lei e na justiça. Pouco lhe importava a forma de governo, se esta não contrariasse o compromisso maior com o princípio da liberdade e do direito. Em seu discurso aos estudantes no dia 5 de junho de 1909, dizia Rui:

"Se abracei a república, foi na esperança de a ver mais inclinada à liberdade que a monarquia. Se da república me não divorcio, é porque espero sempre chegarmos pelo caminho da república à liberdade. A república é uma forma. A substância está na liberdade. Por esta nunca hesitei em combater os desvios republicanos. Ora o maior destes é a confiança no expediente dos governos militares. No meu passado republicano o que mais se destaca, é a luta contra essa funesta degeneração." <sup>85</sup>

Para Bonavides a campanha civilista mostrava a coerência de seu discurso voltado para o aperfeiçoamento das instituições necessárias na reabilitação do sistema representativo através de um governo legítimo comprometido com o bem público.

Neste aspecto, para uma melhor compreensão é preciso acompanhar a trajetória deste pensador liberal, homem de idéias e de ação, comprometido em todas as fases de sua vida pública com a liberdade e o direito, não apenas na forma de lei, mas na sua concretização na sociedade através da representatividade civil.

---

85 RUI BARBOSA. Obras Completas. Excursão Eleitoral, v. XXXVII, p. 39.

#### 4.1. Panorama da Atuação Política de Rui Barbosa.

Rui Barbosa nasceu a 5 de novembro de 1849 em Salvador, Bahia. Seu pai, o Dr. João Barbosa de Oliveira (mãe Adélia Barbosa de Oliveira), médico e político liberal, foi, segundo testemunho do próprio Rui Barbosa citado por Américo Jacobina Lacombe, a maior influência em sua vida: "Esta paixão da liberdade, do direito e da justiça, herdou-ma ele, a mais justa das almas, o mais irredutível liberal que eu nunca vi, liberal à inglesa e à americana. O amor da pátria, a intransigência da honra, a firmeza da vontade, o culto dos princípios, o desprezo dos perigos, o fundo religioso do sentimento e das idéias, isso tudo é seu. De modo que a cada passo da minha vida, o que eu sinto dentro no mais íntimo de mim mesmo, é meu pai".<sup>86</sup>

Rui estudou direito na Faculdade de Direito do Recife e depois em São Paulo bacharelando-se em 1870. Entrou para a política com o apoio de Manuel Pinto de Sousa Dantas, chefe da ala progressista. Já no início da carreira engajou-se numa campanha em defesa de eleições diretas e da abolição da escravatura. Quando ainda estudante na Faculdade de Direito traduziu um texto abolicionista de Tocqueville.

A tradução que fez de "O Papa e o Concílio" (1877), de Johan Joseph Von Dollinger causou muito impacto pela introdução preparada por ele para a edição brasileira com severas críticas a D. Pedro II por sua atitude em relação a chamada Questão Religiosa.

Eleito deputado provincial na Bahia em 1878 (partido liberal) veio para o Rio em 1879 como representante de sua província na Câmara do Império.

Colaborou na reforma eleitoral aprovada em 1881 e foi autor de um plano de reforma de ensino em 1882, que não chegou a ser aprovado. O jornal "Diário de Notícias" em 1889 foi o veículo pelo qual divulgou e defendeu suas idéias, principalmente à adoção do sistema federalista.

Recusou-se a participar do último gabinete monárquico, presidido pelo Visconde de Ouro Preto. No Governo Provisório foi vice-chefe e Ministro da

---

86 RUI BARBOSA. Apud. Américo Jacobina Lacombe, p. 12.

Fazenda. Foi dele o Decreto nº 1 estabelecendo a República Federativa do Brasil. Também foi dele o decreto separando a Igreja do Estado, o banimento da família imperial e a convocação da Constituinte. Autor do projeto da primeira constituição republicana, apresentada à Constituinte de 1890.

O programa de reformas que elaborou mal pode ser iniciado, pois em 1891 acompanhou os civis na demissão coletiva do ministério em repúdio ao golpe militar instaurado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Sua atuação no "Jornal do Brasil" denunciando o desrespeito do governo Floriano Peixoto aos princípios constitucionais em forma de desobediência aos textos legais tornou-o suspeito de ligação com o movimento revolucionário que rebentou em 1893. Sua luta era contra as limitações impostas às liberdades públicas. Durante a Revolta da Armada, foi preso e processado. Perseguido, exilou-se em Buenos Aires, em Lisboa e em Londres. Escreveu em Londres um artigo conhecido como a primeira defesa do capitão Alfred Dreyfus.

De volta ao Brasil, reassumiu sua cadeira no Senado Federal. Por meio do Senado e do jornal "A Imprensa", combateu a política de Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda de Campos Sales.

Nomeado pelo presidente Afonso Pena chefe da delegação brasileira, Rui Barbosa destacou-se na Conferência de Paz de Haia, nos Países Baixos, em 1907, defendendo a tese brasileira de igualdade entre as nações. Um dos principais resultados da conferência foi a criação da Corte Permanente de Justiça Internacional, que Rui seria um dos primeiros a integrar.

Em 1919, novamente candidato, Rui integra aos seus discursos e propostas a bandeira da questão social, mas contou apenas com o apoio do Rio de Janeiro e do Pará, sendo mais uma vez derrotado nas urnas.

Sócio fundador da Academia de Letras, Rui sucedeu a Machado de Assis na presidência da casa. Reuniu uma das maiores bibliotecas do país com cerca de cinquenta mil volumes. Sua residência no Rio de Janeiro, comprada pelo governo, foi transformada na Fundação Rui Barbosa, encarregada de pesquisas e de publicações de suas obras completas.

Rui Barbosa faleceu a 1º de março de 1923 (74 anos) em Petrópolis, Rio de

Janeiro. Em 1949, seu corpo foi transladado para a cripta do Palácio da Justiça da Bahia, denominado Fórum Rui Barbosa.

### 3.2 Síntese do Pensamento Político de Rui Barbosa

Aurélio Wander Chaves Bastos, ao prefaciар o livro "Democracia em Rui Barbosa: O Projeto Político Liberal Racional" de Leonel Severo da Rocha, faz pertinentes considerações sobre o pensamento político de Rui Barbosa. Segundo ele, Rui foi uma personalidade política engajada e integrada ao seu tempo, imersa nas contradições de sua época e ao mesmo tempo expoente político dessas contradições. Intelectualmente influenciado pelas novas idéias do pensamento internacional, identificado nos seus discursos e pronunciamentos, buscava recompor os caminhos da política brasileira muito mais por acreditar no convencimento racional do que nas acomodações políticas. Procurava integrar o seu ideário intelectual à ação política. Diante dos desafios e adversidade, respondia a partir de propostas intelectuais que colidiam com instituições políticas comprometidas com uma prática absolutista e de interesse corporativista.

Leonel Severo observa que para Rui Barbosa a questão da liberdade não estava limitada a um direito do indivíduo, mas como uma possibilidade do direito ao direito na esfera pública, o que a torna uma questão política. Rui era um liberal, mas de um liberalismo doutrinário, defensor da racionalidade política, não apegado a formas de governo ou modelos institucionais cristalizados. Idealista, acreditava na força dos princípios, do saber, da compreensão intelectual na produção de mudanças na sociedade. Democrata, não era, no entanto populista, "...o Estado para ele não era uma construção do povo, mas para o povo" o que caracterizava sua idéia de soberania popular. Reconhecia a necessidade da instrução, do saber, da reflexão intelectual na atuação política. Evidente que essas colocações estavam inseridas num contexto formado por uma maioria de analfabetos, uma sociedade recém saída de um longo período de absolutismo e arbitrariedades. Não bastava a existência legal dos direitos individuais, era preciso uma consciência política do que significavam, era necessária, também, a existência

de instrumentos jurídicos que resguardassem o exercício desses direitos; só assim se tornaria possível uma legítima representatividade democrática. Coerente em suas posições foi por isso um árduo defensor da educação laica desvinculada do ensino imperial oficial ou da influência da Igreja, através dos projetos de reforma educacional. Educar para Rui era pré-requisito da consciência política.

Porém, Rui Barbosa percebia a dificuldade de mudanças dentro de uma estrutura impregnada de práticas autoritárias. O federalismo significava para Rui a possibilidade de integrar liberdade e organização estatal. Assim como os direitos sociais e individuais são a liberdade do cidadão, o federalismo permitiria uma certa autonomia aos organismos participantes dos regimes constitucionais. Influenciado pelo pensamento do francês Alexis Tocqueville, Rui enfatiza a importância de descentralizar a organização administrativa brasileira. No entanto, propõe junto, um fortalecimento do Poder Judiciário como forma de reconhecimento, defesa e preservação das liberdades e direitos individuais. Reconhecia a necessidade de um dispositivo, o *habeas-corpus*, para proteger e resguardar direitos individuais ameaçados pelas autoridades executivas.

Entretanto, transformado em dispositivos constitucionais em 1891, na prática, o federalismo esvaziou o poder central republicano e fortaleceu as oligarquias regionais.

Aurélio Wander sintetiza a atuação do partido liberal e dos republicanos nos quais atuou Rui Barbosa em diferentes momentos de sua vida política afirmando que o Partido Liberal se caracterizou muito mais como alternativa de poder intrinsecamente ligado as práticas constitucionais tradicionais, do que propriamente à proposta de mudança do Estado e da constituição imperial. Por outro lado, os republicanos em sua maioria de formação positivista (para quem a racionalização da política e a moralização da sociedade dependiam de um Estado forte) ocuparam os espaços políticos reformistas levando consigo práticas autoritárias. Conseqüentemente, uma descaracterização na prática republicana, das propostas de Rui no âmbito do federalismo, da política de garantias e direitos individuais. O insucesso da fase política de Rui ligada as esperanças presidenciais deve-se a impossibilidade de viabilizar acordos com a política oligárquica,

ressentimentos institucionais, fraudes eleitorais, e o resultado de um tipo de federalismo que viabilizou as oligarquias regionais e o presidencialismo associado aos militares.

Leonel Severo da Rocha conclui definindo Rui Barbosa como um liberal democrata comprometido com a defesa do ideal de liberdade. Porém, ressalta que por não ser apenas Rui um teórico, mas também um político, sua luta será por uma democracia resultado de uma dialética entre lei e liberdade, garantida pelo poder Judiciário e pela federação. Afirma: "...diferentemente do autoritarismo sempre disposto a desrespeitar a lei a liberdade, o liberalismo em Rui Barbosa é resultante de uma tensão, não de uma síntese, das reivindicações simultâneas do respeito à lei, à liberdade, à ordem, à razão, ao indivíduo e da intervenção do Estado e das concessões sociais.<sup>87</sup>

Aponta como dificuldades do liberalismo no Brasil a conciliação dos postulados de liberdade política e de defesa dos direitos individuais com o capitalismo e a questão social que no Brasil sempre necessitou da intervenção do Estado para progredir devido à falta de uma sociedade civil organizada. Diferentemente do liberalismo, predominantemente econômico na Inglaterra e político na França, a teoria liberal no Brasil foi elaborada dentro de circunstâncias e quadros sociais bastante diversificados. O autoritarismo sempre teve um vasto campo de atuação no Brasil devido ao desprezo histórico em relação à liberdade e ao respeito à lei, manifestado seja pela direita, seja pela esquerda, entre os militares ou entre os civis. Se acusado de não ser um defensor das classes populares, (embora tenha sido o primeiro a realizar campanhas presidenciais à totalidade da população) ele não o era também um defensor das elites dominantes e do poder pessoal. Representava um novo tipo de político, cuja bagagem era o saber.

### **3.3 Rui Barbosa e o Militarismo.**

A plataforma política, o programa de governo de Rui Barbosa (pela primeira

---

87 LEONEL SEVERO DA ROCHA. A democracia em Rui Barbosa, p. 5.

vez um programa de governo é apresentado à população) continha uma crítica a todas as distorções republicanas, críticas que em outras ocasiões havia já manifesto através de publicações em jornais e discursos no Congresso. No entanto, chegara o momento de reunir e denunciar publicamente, conclamando a população a um posicionamento de rejeição ao que estava estabelecido. E mais que isso, apresentava propostas de reformas e um projeto de reabilitação do regime republicano.

Para José Maria Belo, "a campanha civilista não revela um Rui novo, mas o de sempre, combativo como na luta pela emancipação dos escravos, como pela federação das províncias, na defesa de sua gestão financeira no Governo Provisório, como na oposição a Floriano Peixoto" <sup>88</sup>. Discurso de Rui em 1891: "de uma ditadura que dissolve o Congresso Federal, apoiando-se na fraqueza dos governos, para outra, que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não há progresso apreciável". <sup>89</sup>

É o Rui combativo, firme em suas posições, não preso a formas, mas comprometido com a essência, disposto ao sacrifício político se isto significasse um avanço na compreensão das suas idéias, que na campanha presidencial de 1910 denunciam a ingerência militar na República desde seu início, bem como os seus malefícios e o perigo de institucionalização de uma ideologia arbitrária e autoritária, o militarismo.

Portanto, tendo feito, ainda que de forma sintetizada uma organização dos elementos de cena e dos bastidores da República, entende-se ser o momento oportuno para procurar demonstrar que sua postura antimilitarista não era de conveniência política ou um discurso vazio. Através de textos selecionados dos discursos parlamentares na campanha civilista percebemos como sua postura estava integrada a um todo e era um natural desdobramento do discurso e ação política que caracterizou a vida pública de Rui Barbosa desde a juventude.

Optou-se, para esse fim, sintetizar a postura de Rui contra o militarismo, a partir de três principais argumentações presentes nos discursos parlamentares

---

88 JOSÉ MARIA BELO. Obras Completas de Rui Barbosa. Excursão Eleitoral, prefácio.

89 RUI BARBOSA. Obras Completas, v. XVIII, Tomo I, p. 302.

durante a campanha de 1910: primeiro, distinguir o que é função das instituições militares de uma ideologia militarista autoritária; segundo, mostrar as conseqüências na prática política republicana da ingerência militar e terceiro, demonstrar a incompatibilidade dos princípios liberais democráticos comprometidos com a representatividade civil com os princípios que norteiam um governo da força, da espada.

Rui Barbosa em diversos momentos de sua vida política foi um defensor dos direitos dos militares na função exercida e um denunciador de abusos contra a instituição ou mesmo dentro da instituição. Cita, em seu discurso aos estudantes, sua postura diante de Floriano, na Revolta Armada em defesa dos militares perseguidos. Outrossim, relembra a época que acolhia oficiais do exército lentes da escola militar na sua banca de jornalista e que foi dele a iniciativa do decreto que eximia os militares de imposto predial. Reconhece a necessidade da nação ter Exército e Marinha eficazes, respeitáveis, mas sobretudo a serviço da lei, instrumento de paz e confiança. Observa que um Exército e uma Marinha preparados e em bom número, em caso de um confronto internacional ou na eventualidade de conflitos internos num país com as nossas dimensões, seria a população civil que iria formar o quadro de voluntariado, e a se dispor a defender a sociedade. Na paz ou na guerra, diz em seus discursos, nada coloca o Exército acima da nação, nada lhe confere o privilégio de a governar. Por outro lado, adverte quanto à penetração na instituição de uma ideologia justificadora de rebeliões, que os colocava acima das normas constituídas. Não a serviço da nação como devia ser, mas acima da nação. É esse militarismo que Rui combate, o que não reconhece o seu espaço de atuação, que não se limita ao exercício de sua função. Afirma,

"Entre as instituições militares e o militarismo vai , em substância, o abismo de uma contradição radical. O militarismo governo da nação pela espada, arruína as instituições militares, subalternidade legal da espada à nação. As instituições, militares organizam juridicamente a força. O militarismo a desorganiza. O militarismo está para o exército, como o

fanatismo para a religião, como o charlatanismo para a ciência, como o industrialismo para a indústria, como o mercantilismo para o comércio, como o cesarismo para a realeza, como o demagogismo para a democracia, como o absolutismo para a ordem, como o egoísmo para o eu. Elas são a regra; ele a anarquia. Elas a moralidade; ele a corrupção. Elas a defesa nacional. Ele, o dismantelo, o solapamento, a aluição dessa defesa, encarecida nos orçamentos, mas reduzidas, na sua expressão real, a um simulacro."<sup>90</sup>

No período da campanha civilista Rui Barbosa alerta para um aviso que recebeu por João Pinheiro acerca de uma. conspiração militar. Entre outras coisas, denunciava uma conspiração em favor da candidatura Hermes, a sua projetada aclamação pela força, a extinção das oligarquias, a supressão do regime federativo, a dissolução do Congresso, a eliminação do Supremo Tribunal Federal, a deposição geral dos Governadores e a execução violenta do sorteio. Apesar de carimbada nos correios do Rio de Janeiro e Minas Gerais, não tinha assinatura, por isso Rui não podia levar a questão adiante. No entanto, não deixou de mencionar que em uma entrevista ao Correio da Manhã, ao regressar do Rio Grande do Sul, afirmava o senador Pinheiro Machado; "a candidatura Hermes agitada fora do meio propriamente político, era uma candidatura revolucionária, que só pelos meios revolucionários poderia triunfar".

O segundo argumento de Rui se encontrava baseada na experiência que ele e toda a sociedade do período republicano tivera com as ingerências militares. Sobre este aspecto, mais que o testemunho de Rui, procurou-se apresentar nos capítulos anteriores essa mesma questão do ponto de vista de políticos que viveram nesse período e o trabalho de historiadores e pesquisadores do período. Ou seja, uma relação sempre estreita entre o regime republicano e os militares tanto em uma atuação manifesta como em outros momentos nos bastidores da política.

Rui Barbosa não desconhecia o poder político das forças armadas e temia o uso inadequado da força, a subalternidade da lei,

---

90 RUI BARBOSA. Op. cit. Excursão eleitoral, p. 49.

“De 1889 a 1909 não há um movimento nacional; tudo são movimentos militares. (...) as presidências militares são as mais perturbadas pois galopeia no coração as leis militares. Começa por ultrajá-las na sua essência, a subordinação da força armada à ordem civil, para as ferir e seus cânones expressos onde a cada um desses atentados se reserva embalde a sanção de penas severas.”<sup>91</sup>

E finalmente, Rui Barbosa buscava demonstrar a incompatibilidade dos princípios liberais democráticos com os princípios e ações que norteiam um governo da força, da espada.

Quando acusado pelo senador Pinheiro em uma entrevista de outubro com a *Tribuna Italiana*, de que seus discursos se “assenta em um equívoco”, a candidatura de Hermes “não tem nada com os quartéis”, Rui responde:

“em vez de ser a nossa causa que se alimenta de um equívoco, é a causa oposta que, há muito açoita sob um jogo de palavras o seu verdadeiro caráter. A necessidade política” declamada hoje pelo senador Pinheiro Machado, outra coisa não é que a deslocação do eixo político”, (...) porque seria que, num conselho de políticos civis, em unanimidade contra a candidatura do Ministro da fazenda, só a do Ministro da Guerra lograsse reunir apoio? (...) Uma representava a incontinência do poder civil [intervenção do Presidentes com seu poder presidencial]. Outra, a vassalagem do poder civil ao poder militar. (...) As cisões do conclave, dividido por intransigências fatais, encontraram o signo da harmonia no indiscutível das divisas do Marechal, nele se encarnava a força armada; e com a força armada não se medem ideais, urnas, constituições, democracias (grifo nosso). (...) Não é da substituição de uma forma constitucional por outra que se trata, mas da essência de todas as formas constitucionais; a liberdade, a lei, o regime civil.”<sup>92</sup>

Sobre seu plano de governo, quando perguntado, respondeu Hermes que o

---

91 RUI BARBOSA. Op. Cit. p. 48,49.

92 RUI BARBOSA. Op. Cit. p. 143 - 168.

único que tinha a apresentar seria a execução da Constituição de 24 de fevereiro. Ao que retruca Rui, perguntando: qual a Constituição a que o S. Exa. alude? A que eu tenho propugnado contra as ditaduras? Ou a que as ditaduras contra nós têm sustentado? E ironicamente completa, “da Constituição foi ‘consolidador’ o Marechal Floriano Peixoto. Em seguida, lista as usurpações cometidas pelo general a liberdade, ao direito civil, às normas constituídas. Para Rui Barbosa onde as instituições civis não logram estabelecer a paz mediante a justiça, as armas só estabelecem a paz da servidão. Apenas a sociedade que preserva, assegura a representatividade civil, desarmada, livre para escolher, pode caminhar em direção a consolidação da democracia.

## 5. Conclusão

Rui Barbosa deixou uma imensa quantidade de discursos, cartas, textos publicados em jornais e revistas expondo suas idéias, combatendo o que considerava um desvirtuamento dos princípios norteadores de todo discurso e prática política: a defesa da liberdade, da justiça e da ordem. Acreditava na possibilidade de uma sociedade encontrar soluções para seus problemas sem precisar recorrer a força, a arbitrariedade. Sua postura eram uma extensão, desdobramento coerente dos princípios que nortearam sua vida pública. Em um dos seus últimos trabalhos "Memória" Rui Barbosa fala sobre a degradação do regime republicano, as ambigüidades e indecisões no comportamento políticos dos grupos envolvidos com os princípios liberais-democráticos, com a liberdade, justiça, ordem, representatividade civil.

Entendemos que coerentemente comportou-se Rui Barbosa na campanha presidencial de 1910 à frente da denominada “campanha civilista”, ou seja, um chamado à mobilização da sociedade em repúdio à uma candidatura militar à Presidência da República. A democracia em Rui Barbosa sempre representou mais que as urnas - embora passassem por elas - é o comprometimento consciente, crítico, reflexivo do cidadão da sua participação na sociedade. Buscar o equilíbrio entre interesses provenientes de diferentes segmentos, conciliar a diversidade

inerente a uma sociedade, resguardar as liberdades sem comprometer a ordem como um todo eram os desafios, que para Rui, se impunham à um regime republicano liberal-democrático.

Concluindo, o debate está em aberto. Rui Barbosa levantou questões que ainda hoje são objeto de reflexão: a necessidade de cidadãos educados, conscientes, preparados para uma participação política mais significativa, transformadora. Estabelecimento de limites legais à interferência nos direitos civis conquistados em um contexto de predominância de interesses econômicos, hoje não mais restrito a oligarquias regionais, mas de âmbito internacional. Necessidade de uma busca constante de aperfeiçoamento das instituições, das normas estabelecidas que assegure, como sempre foi o ideal de Rui, "ao povo o governo representativo e ao indivíduo o regime jurídico da liberdade"<sup>93</sup>

## 6. Fontes e Bibliografia

BARRETO, Vicente, PAIM, Antonio. O Liberalismo, o Autoritarismo e o Conservadorismo na República Velha. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, 1994. V. 6. 84 p. Coleção Pensamento Político Brasileiro.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos Governos Militares a Prudente - Campos Sales. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, t. III, v. 1, p. 14 a 49.

CARONE, Edgard. A República Velha (Evolução Política). 3ª ed. São Paulo: Difel, 1971.431p.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, t. III, v. 2, p. 180 -234

---

93 RUI BARBOSA. Op. Cit. p. 168.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 7 edição. São Paulo: Fundação Editora da ENESP, 1999, 490p.

LACOMBE, Américo Jacobina. O Pensamento Vivo de Rui Barbosa. São Paulo: Livraria Martins Editora.

MEIRELLES, Cecília. Rui, Pequena História de uma Grande Vida. Edição comemorativa do centenário de Rui Barbosa / Casa Rui Barbosa. São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, MCMXLIX (1959).

PAIM, Antônio. Evolução Histórica do Liberalismo. Biblioteca de Cultura Humanista. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1987, v. 1 , 99 p.

REALE, Miguel. Posição de Rui Barbosa no Mundo da Filosofia.

ROCHA, Leonel Severo da. A Democracia em Rui Barbosa: o Projeto Político Liberal-Racional. Coleção Estudos Políticos Constitucionais. Rio de Janeiro: Editora Líber Juris, 1995. 183 p.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Castilhismo: uma Filosofia da República. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980. 160 p.

\_\_\_\_\_ Estado, cultura y sociedad en la América Latina. Colección 30 años Universidad Central. Santafé de Bogotá, Colombia: Ediciones Fundación Universidad Central, 2000, 529 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1995.

OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA: Discursos e outros. Volume XXXVII - 1910.

- Tomo I: Excursão Eleitoral / Plataforma (Bahia).
- Tomo II: Memória sobre Eleição Presidencial
- Tomo III: Discursos Parlamentares

OBRAS DE RUI BARBOSA

- Contra o militarismo - campanha eleitoral. Rio, 1910. Jacinto R. dos Santos.
- Excursão eleitoral ao Estado de São Paulo - São Paulo, 1909. Casa Garraux.